

A COMUNICAÇÃO ATRAVÉS DAS CUNHAGENS: A MONUMENTALIZAÇÃO DA RELIGIOSIDADE

*Luis Henrique Carminati*¹

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar como os elementos religiosos eram apresentados nas cunhagens da República romana durante o século I a.C. Para tal, utilizarei uma pequena seleção, composta por oito tipos monetários batidos no período. A religião na Antiguidade não era desassociada de outros estratos de vivência; ela se misturava no campo de experiência e expectativas dos sujeitos. As distintas divindades que compunham o panteão romano e suas qualidades divinas, como *libertas* e *pietas*, eram mobilizadas na elaboração dos repertórios imagéticos dos tipos monetários. Consequentemente, o uso destes elementos religiosos visava a monumentalização de certas noções e identidades.

PALAVRAS-CHAVE

Cunhagens; monumentalização; república romana; religião.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana-MG, Brasil. E-mail para contato: carminati94@gmail.com.

1. *As cunhagens e o contexto de monumentalização*

A religião é uma miríade de experiências e expectativas que constroem diferentes identidades. As identidades não são inatas, são mutáveis por meio das relações que estabelecidas socialmente. Desta forma, a aceitação ou mesmo a negação de ritos, símbolos, imagens, fazem parte da composição de identidades, ou seja, a religião não é uma prática individualizada, ela é elaborada coletivamente. Em Roma, a religião era um componente fundamental da sociedade e das relações entre os sujeitos. O universo religioso romano era multifacetado, composto por diferentes culturas, tradições religiosas, mitos e lendas (Beard; North & Price, 1998, p. 12).

Os tipos monetários que abordaremos no decorrer deste trabalho exprimem como os romanos identificavam formas de comunicação nos elementos religiosos. O universo religioso romano, seus rituais, símbolos, divindades e características foram construídas em diferentes processos socioculturais, que permitiram aos sujeitos o desenvolvimento de diferentes graus de identificação. Por exemplo, as divindades Ceres, Liber e Libera, “vinculadas” aos plebeus, tinham seu templo localizado nas encostas do Aventino e, ao que parece, os arquivos relacionados aos plebeus eram depositados no templo de Ceres (Barbosa, 2017, p. 157).

Os templos romanos não eram apenas espaços para a realização de rituais religiosos; esses espaços estavam ligados a processos de monumentalização e estabelecimento de identidades. Tais edificações eram inseridas em uma dinâmica de oposição dos espaços público e privado, logo, distintos significados eram atribuídos a estes locais. Estes espaços conferiam sentido às próprias instituições e relações da sociedade romana (Dias, 2019, p. 130).

A prática de armazenar documentos, registros, tesouros e outros objetos em templos era algo comum aos romanos. Fazia parte da noção cultural romana a ideia de que, ao depositar algo em um templo sob a tutela de uma divindade, isso faria com que o documento fosse mais eficaz e potente. Essa crença se refere à perspectiva do conceito de *religio*, palavra que significa o ato de unir (Culham, 1989, p. 110).

Outro exemplo é o templo de Juno Moneta, localizado no Capitólio. Tito Lívio (*Ab Urbe Condita Libri*, 6.20) aponta que, onde antes havia a residência de M. Mânlio Capitolonio [*M. Manlius Capitolinus*], agora existia o templo e oficina de Moneta. O templo de Juno Moneta servia também como uma “central de armazenamento” de pesos e medidas, além de registros históricos, como os *libri lintei*: os livros de linho que

supostamente eram utilizados para registrar as listas de magistrados (Meadows & Williams, 2001, p. 28).

Ainda sobre o templo de Juno Moneta, em seu interior ou nos arredores, era situada a *officina monetariae*, onde as cunhagens eram realizadas. A vinculação da prática monetária com a divindade que evocava a memória não era apenas uma correlação superficial. O epíteto Moneta ou, como definido por Anne Clark, as “qualidades divinas”² eram “concedidas” às divindades em situações e contextos diferentes, mas que eram sempre aproximadas da experiência e realidade humana (Clark, 2007, pp. 24-25). A qualidade “Moneta” está vinculada à invasão gaulesa em Roma no ano de 390 a.C. Segundo Tito Lívio, ao invadirem Roma, os gauleses tentaram surpreender os romanos e tomar por assalto o Capitólio e a cidadela [*Arx*] durante a noite. Entretanto, apesar de iludirem os guardas e os cães com seu silêncio profundo, não conseguiram iludir os gansos – consagrados a Juno –, os quais não haviam sido transformados em alimento para os sitiados. Os gritos e o bater de asas das aves teriam despertado Marco Mânlio que, apanhando as armas, conclamou seus companheiros para combaterem e, assim, contiveram os gauleses que tentavam invadir a cidadela (*Liv.* 5.47).

A palavra “Moneta” é derivada do verbo latino *moneo* que significa “avisar”, “advertir”, mas que também pode ser entendido como “lembrar” e “fazer pensar” (Glare, 2012, p. 1234). A palavra moeda também está vinculada a esta definição de *moneo*. Desta forma, as cunhagens poderiam ser vinculadas com a própria divindade, reverberando sua “qualidade divina” nos objetos.

Andrew Meadows e Jonathan Williams (2001, p. 40) defendem que a interlocução entre os significados etimológicos, a “qualidade divina” Moneta e a localização da oficina monetária no templo de Juno Moneta, podem nos indicar que as moedas eram cunhadas ressaltando sua característica de monumento. Anne Clark (2007, p. 139) considera os tipos monetários como pequenos “espaços portáteis”, nos quais os responsáveis pelas cunhagens poderiam projetar distintas perspectivas sobre as *gentes*, sobre Roma e suas memórias ou mesmo representar conflitos do presente.

Os tipos monetários começaram a ser produzidos em Roma por volta do século III a.C. Diferentes estágios da produção monetária podem ser identificados através dos objetos. Inicialmente, as cunhagens batidas em Roma ressaltavam a identidade romana e suas origens, pois estavam inseridas no contexto de expansão romana na Península Itálica.

² As “qualidades divinas” também podem aparecer na bibliografia sobre o assunto como “virtudes” e “abstrações”. Cf. Beard; North & Price, 1998, p. 62; Clark, 2007, p. 27.

Cidades-Estado como Posidonia, Crotona, Tarento e Nápoles também batiam moedas com suas próprias características e formas de identificação (Burnett, 2012, p. 4). Portanto, as moedas batidas inicialmente em Roma tentavam ressaltar a identidade romana em um contexto de competitividade por espaço político na Península Itálica. O avanço do poderio romano no território submeteu as diferentes cidades-Estado ao modelo de cunhagem romano; sendo assim, as cunhagens na Península Itálica foram unificadas sob o poder da República romana (Rutter, 2012, p. 12).

A partir do fim do século II a.C., as moedas são apropriadas e passam a ser utilizadas com intuítos diferentes dos anteriores. Para Harriet Flower (2009, p. 157), estes objetos foram cooptados pela *nobilitas* e inseridos no contexto das disputas aristocráticas, deixando de lado essa perspectiva de representação de uma identidade comunitária da República romana. Sendo assim, os tipos monetários passaram a ser preenchidos com uma nova gama de significados, vinculados principalmente à monumentalização das memórias das *gentes* dos responsáveis pelas cunhagens.

Jordon Houston (2017, p. 1) ressalta a importância da *Lex Gabinia* de 139 a.C., que instituiu o voto secreto através de cédulas. Para o autor, a introdução dessas novidades nas eleições fazia com que as relações de patronagem³ não fossem mais suficientes como garantia para o alcance de uma magistratura na República romana. Ao observarmos os tipos monetários batidos após os anos de 130 a.C., podemos perceber modificações nos repertórios imagéticos e nas mensagens dispostas nos discos metálicos. Para Houston (2017, p. 6), os tipos monetários passaram a ser utilizados como formas de difundir e autopromover a importância das *gentes*, sendo realizado principalmente através da valorização da memória dos sujeitos.

Harriet Flower (2009, p. 39) aponta que o processo de monumentalização do espaço público e da cultura romana teve seu início entre os séculos V e IV a.C. A autora pontua que a *nobilitas* já havia desenvolvido práticas memorialísticas em monumentos, inscrições e rituais cívicos e religiosos. O propósito era comemorar e rememorar a história política romana promovendo a celebração dos valores romanos, dos indivíduos, das

³ As relações de patronagem podem ser definidas como vínculos estabelecidos entre diferentes sujeitos, sendo moldadas pela diferença socioeconômica. Desta forma, a patronagem (ou clientela, como pode ser encontrada na bibliografia sobre o assunto) era estabelecida sempre entre sujeitos em posições sociais, econômicas ou políticas desiguais. A relação de patronagem requeria o cumprimento de determinadas responsabilidades, tanto da parte do “patrão”, quanto da parte do “cliente”. Com isso, formavam-se redes de clientela que poderiam ser requisitadas em diferentes ocasiões para cumprir com os encargos designados. Por sua vez, o patrão precisava estar disponível para auxiliar o cliente conforme a necessidade. Para mais, Cf. Brunt, P. A. (1988). *The fall of the Roman Republic and related essays* (p. 383). Oxford University Press.

gentes e suas realizações. Consequentemente, a paisagem urbana de Roma fora construída, por pelo menos um século, como um palco para a memória das *gentes*. Com isso, as moedas, a partir do século II a.C., foram inseridas nesta dinâmica monumental da cultura romana. Portanto, a variedade de referências às memórias das *gentes* e suas realizações em nome da República nos tipos monetários só fazem sentido se pensadas enquanto parte do cenário monumental da cultura romana (Morstein-Marx, 2004, p.81).

Para Robert Morstein-Marx (2004, pp. 82-83) a cooptação do pequeno “espaço monumental” dos discos metálicos pelos *nobiles* a partir dos anos 130 a.C., estava inserida neste contexto de competição aristocrática por espaço político. A utilização das cunhagens como uma forma de reproduzir memórias das diferentes *gentes* não implica necessariamente um conflito entre poder pessoal e público. Segundo o autor, a monumentalização dos tipos monetários proliferou as alusões das realizações das *gentes* e seu patrimônio memorialístico. Portanto, a disputa aristocrática era definida, principalmente, pela “visibilidade da memória” daqueles que serviam melhor à República romana.

As cunhagens evidenciam continuidades, rupturas e transformações na sociedade romana e na construção da “identidade romana”. A imagem constrói formas de comunicação, de reconhecimento cultural. As imagens produzidas socialmente precisam de um consenso sociocultural pré-estabelecido que permita aos sujeitos reconhecerem as representações imagéticas. Por conseguinte, toda imagem é algo construído culturalmente, o que possibilita aos receptores distintas formas de identificação social (Joly, 1996, pp. 13-15). A grande variedade de divindades, símbolos e rituais religiosos presente nos discos metálicos demonstra como este objeto era utilizado como uma forma de construir redes de identificação. Ressalto que as moedas eram pequenos monumentos de ampla circulação: Karl Pink (1952, p. 14) aponta que a produção de moedas em Roma era suficiente para suprir as necessidades civis da Península Itálica, logo, não havia necessidade de outras cidades baterem tipos monetários. Por fim, os *tres uiri monetales* podiam estabelecer, através das cunhagens que circulavam amplamente, redes de relações a quais eram reforçadas pelo reconhecimento de símbolos religiosos.

Os *tres uiri monetales* eram os magistrados eleitos anualmente responsáveis por supervisionar as cunhagens em Roma. A magistratura de monetário era destinada para jovens aristocratas em início de seu *cursus honorum*, fator que potencializava a perspectiva de que estes sujeitos utilizavam-se de seus cargos públicos como um meio de autopromover suas *gentes*. Michael Crawford (1974, p. 598) fundamenta que esta

magistratura era reservada a jovens aristocratas, pois ela não garantia acesso ao Senado, e sua ausência das listas epigráficas dos magistrados da *lex repetundarum* demonstrava esse caráter “inicial” da magistratura.

Enquanto responsáveis pelas cunhagens, os magistrados monetários selecionavam e elaboravam a iconografia e a mensagem que seriam dispostas nas cunhagens. Moedas eram batidas anualmente em Roma e, a partir do fim do século II a.C., o pequeno espaço monumental dos discos metálicos passou a ser apropriado de diferentes formas. Consequentemente, os magistrados encarregados de supervisionar as cunhagens projetavam nesses objetos: discursos sobre a memória e os feitos de determinadas *gentes*; histórias e lendas familiares que serviam como autopromoção; símbolos religiosos, divindades e rituais; outros monumentos e mesmo questões que se apresentavam no presente (Flower, 2009, p. 75).

Essas distintas alusões às *gentes* e suas realizações foram interpretadas durante o século XX como uma forma de propaganda. A perspectiva de que as moedas eram um meio de influenciar a opinião pública sobre as ações dos *principes* foi consolidada devido ao contato com as novas formas de propaganda desenvolvidas na primeira metade do século XX. O rádio, o cinema e a imprensa se tornaram veículos de propaganda massificados. Sua apropriação por regimes totalitários, para atingir seus próprios interesses, serviu como um pano de fundo para entender as ações dos imperadores (Levick, 1982, p. 104). Para Paul Zanker (1998, p. 3) a palavra “propaganda” necessariamente implica a existência de um esquema sistematizado que impulse a propagação de uma determinada doutrina. Características estas que não estão presentes nas cunhagens romanas.

Desta forma, comunicar ou difundir mensagens são termos menos contraproducentes do que o conceito de “propaganda”. Por exemplo, Robert Morstein-Marx (2004, pp. 85-86) defende que o termo “propaganda” é insuficiente para entender a complexidade dos processos comunicativos inerentes aos tipos monetários. O autor prefere utilizar *publicizar*, mas também encara a moeda como um pequeno monumento que elaborava múltiplos graus de reconhecimento. As cunhagens, através da iconografia e das inscrições, estabeleciam numerosas formas de comunicação. Sendo assim, para Morstein-Marx (2004, p. 86-88), os numerários também eram parte de uma rede de informações difundidas no cotidiano romano. O autor aponta que as cunhagens, ao remeterem à memória acontecimentos do passado ou do presente, complementavam os

processos comunicativos que eram desenvolvidos em Roma, fosse através do cenário monumental da cidade ou mesmo das *contiones*⁴.

Andrew Meadows e Jonathan Williams (2001, p. 49) desenvolvem a discussão acerca da monumentalização das cunhagens da seguinte maneira:

Havia claramente alguma forma de comunicação de mensagens em andamento, mas a palavra propaganda tem muitas conotações inapropriadas e anacrônicas associadas a ela. Os romanos tentaram, de maneira concertada, difundir fatos e ideias sobre si mesmos, não para persuadir uma audiência de um ponto de vista político ou ideológico específico, mas para lembrar as pessoas de suas aparências, de suas realizações na guerra e na política, suas virtudes e suas reputações. A monumentalização da tipologia da cunhagem foi uma resposta por parte dos membros da classe política romana à competição cada vez mais extenuante de altos cargos e prestígio social que caracterizou o cenário da República tardia no segundo século a.C., assim como a ascensão da historiografia antiquária também pode ser vista como uma reação moralizante às ansiedades provocadas por mudanças no caráter da vida pública romana nesse período.

A moeda, quando era produzida, podia remeter a diferentes temporalidades, quer divulgando algo do próprio momento da cunhagem, quer celebrando algo distante do tempo, até mesmo anterior à fundação de Roma. Poderia servir assim tanto à monumentalização de algo conhecido, dando-lhe uma interpretação nova, como à difusão de algum evento do presente (Meadows & Williams, 2001, p. 43).

A cooptação dos tipos monetários e sua inserção nas disputas aristocráticas em Roma eram caminhos encontrados pelas *gentes* na busca pela consolidação de um capital simbólico próprio. Para Karl-Joachim Hölkeskamp (2010, p. 108), o “capital simbólico” de uma *gens* era construído através do acúmulo de honras que era garantido aos seus membros de acordo com os serviços que estes prestavam para a República romana. As virtudes romanas, como o *honor* ou a *gloria*, eram alcançadas mediante aclamação popular ou pela glória militar, e eram “depositados” e repassados como uma herança para

⁴ *Contiones* eram reuniões públicas convocadas apenas por magistrados da República romana com o intuito de discutir e informar o público romano dos assuntos que estavam em voga no momento. Os assuntos discutidos nas *contiones* eram propostos pelos magistrados. Desta forma, essas “reuniões públicas” tinham caráter mais informativo e comunicativo do que deliberativo (Morstein-Marx, 2004, pp. 8-9).

as gerações futuras (Pereira, 2002, p. 344). Essa herança de glórias e honrarias também poderia ser recuperada e relida em um passado em disputa. Por conseguinte, a manifestação do patrimônio memorialístico das *gentes* nas cunhagens era parte das disputas aristocráticas inseridas em uma lógica de monumentalização e competição pela estabilização de sentidos específicos que se pudessem atribuir a eventos no passado e no presente.

Desta forma, era perceptível nas cunhagens, em distintos monumentos e em intervenções no espaço público, a competição entre as *gentes* em busca de consolidar seu patrimônio memorialístico em favor da República. A construção de um “capital simbólico” adquire sentido se pensarmos em conjunto com a elaboração de um “capital social”. Karl-Joachim Hölkeskamp (2010, pp. 107-108) pontua que o “capital social” consiste em todos os recursos que podem ser conjurados por intermédio das redes de relações sociais estabelecidas pelos sujeitos. O “capital simbólico” é assentado nas expressões de prestígio, fama, honra e reputação, logo, a estruturação desses “capitais” ocorria de forma conjunta.

O “capital simbólico” depende de reconhecimento, ele precisa ser identificável pelos seus pares e outros grupos sociais. Dessa forma, a vinculação com elementos religiosos e a reprodução de memórias em cunhagens forneciam oportunidades para as *gentes* estabelecerem seu “capital simbólico” em Roma e por toda a Península Itálica, a qual compartilhava elementos culturais semelhantes. A criação e a seleção do repertório iconográfico que seria disposto nos discos metálicos possivelmente eram restritas à *nobilitas*, pois o “capital simbólico” que estes possuíam era um elemento recorrente nas cunhagens (Clark, 2007, pp. 107-108).

Para entendermos melhor essa gama de relações que eram desenvolvidas nas cunhagens, analisaremos um conjunto de oito tipos monetários⁵. Através da investigação do repertório iconográfico presente nestes objetos, podemos perceber como as moedas eram utilizadas para monumentalizar, comunicar e difundir ideias, memórias, noções e exemplaridades, visando construir redes de identificações.

2. *Os tipos monetários e os elementos religiosos*

⁵Todos os tipos monetários dispostos neste artigo foram retirados de um projeto do Museu Britânico que disponibiliza as imagens das moedas e suas informações, pautadas nos catálogos de Michael Crawford (1974), de forma gratuita e online. Site: <<http://numismatics.org/crro/>> (Acessado em: 05/08/2020).

O primeiro tipo monetário que abordaremos aqui foi cunhado no ano de 89 a.C., sob a supervisão de Marcos Porcio Catão [*M.Porcius Cato*]. No anverso da moeda, é representado um busto feminino sem identificação concreta, possivelmente *Dea Roma*, a qual normalmente era retratada utilizando atributos militares. Neste caso, a figura feminina é caracterizada com um cetro no seu ombro direito. Ainda no anverso podem ser identificadas as inscrições “ROMA” e “M.CATO”, que reconhecem a autoridade emissora (Figura 1). No reverso, encontramos representada a divindade Vitória sentada com um ramo de palma sobre os ombros e segurando uma *patera*⁶ na mão direita. Abaixo, no exergo⁷, a inscrição “VICTRIX”.



Figura 1. RRC 343/1

Em um outro exemplar com um repertório imagético semelhante o busto de Liber é representado no anverso substituindo o busto feminino. Não temos muita informação sobre esse tipo, pois o responsável pela sua cunhagem é apenas identificado como um monetário no ano de 89 a.C. Michael Crawford (1974, p. 351) aponta que Marcos Porcio Catão possivelmente era um comerciante de vinhos. Além disso, indica que esta cunhagem fazia referência ao templo de “Vitória Virgo”, o qual havia sido construído por volta de 193 a.C. por outro Marcos Porcio Catão – conhecido como “o Velho” – em homenagem à campanha conduzida na Península Ibérica.

⁶ *Patera* era um prato longo e raso utilizado em rituais, oferendas e sacrifícios, como as *libationes* (Glare, 2012, p. 1441).

⁷ O exergo é um espaço entre a imagem principal, posta no campo, e a orla, embaixo. Normalmente separado do resto do campo por um elemento linear, é frequentemente utilizado para situar inscrições e tipos secundários (Porto, 2007, p. 258).

Ao concordarmos com o argumento de Michael Crawford (1974) acerca deste tipo monetário, pode-se pressupor que a vinculação deste objeto com o templo construído por Catão, o Velho, busca estabelecer uma comunicação memorialística com o templo, ao relembrar uma memória vitoriosa da *gens Porcia*. Desta forma, este objeto já nos ajuda a entender como as moedas estabeleciam redes de comunicação por intermédio do repertório imagético cunhado.

A memória evocada nesse tipo monetário estabelece uma rede de significados. Ela está vinculada a uma campanha bem-sucedida de um ancestral da *gens*, também estabelecendo conexão com o templo que modificou o espaço público de Roma e que ainda estava presente para ser visitado. Portanto, esses encadeamentos projetavam formas de comunicação e de monumentalização de memórias específicas.

Assim sendo, as “qualidades divinas” e as divindades eram parte importante na construção dos discursos imagéticos. Por meio da identificação gerada pelo reconhecimento das divindades, bem como seus significados e representações, diferentes reivindicações eram elaboradas, como, por exemplo, a identificação da divindade Ceres com os interesses plebeus. A partir do século IV, os plebeus adotaram os templos de Ceres, Liber e Libera (fundados em 496 a.C.) como seus centros religiosos e de “arquivos”. As “organizações” de plebeus e magistrados plebeus também se identificavam com as divindades, seus templos e significados, indo também além desta tríade (Beard; North & Price, 1998, pp. 64-66).

Em 86 a.C., os Edis da plebe Marcos Fânio [*M. Fannius*] e Lucio Critônio [*L. Critonius*] foram responsáveis pela cunhagem de tipos monetários. A cunhagem realizada por outros magistrados não era uma prática incomum, porém normalmente estava vinculada com situações extraordinárias, como, por exemplo, a falta de grãos na cidade de Roma. No numerário batido pelos Edis da plebe, encontra-se no anverso a representação do busto da divindade Ceres utilizando um enfeite de cereais no cabelo (Figura 2), atrás há inscrições que identificavam os magistrados como edis da plebe “AED.PL”. No reverso, foram retratadas duas figuras masculinas sentadas em um banco, o *subsellium*, o qual era destinado a magistrados. À direita dos magistrados foram representadas espigas de grãos e à esquerda encontra-se a inscrição “P(ublico).A(rgento)”, que indicava a excepcionalidade deste tipo monetário. As cunhagens teriam sido realizadas com as riquezas deixadas por Alexandre Ptolomeu I do Egito para o *populus Romanus* (Crawford, 1974, p. 605). Por fim, no exergo, aparece a inscrição que reconhecia o nome dos magistrados “M.FAN.L.CRI”.



Figura 2. RRC 351/1

A vinculação da divindade Ceres com os Edis da plebe não era uma conexão vazia. A compra de grãos e sua comercialização a preços baixos era uma política que interessava à plebe romana. Os Edis buscavam assim ressaltar seu trabalho enquanto magistrados que agiam de acordo com os interesses da plebe. Segundo Michael Crawford (1974, p. 367), L. Critônio tem seu futuro desconhecido⁸, já M. Fânio reaparece enquanto Pretor no ano de 80 a.C. As demonstrações públicas de *status* eram essenciais para que os aristocratas desenvolvessem seu *cursus honorum*. Dessa forma, a monumentalização de suas ações era uma parte importante na consolidação de sua *presença* em uma sociedade em que o “ver”, “ser visto” e “fazer-se visto” era fulcral (Barbosa, 2017, p. 258).

Outro exemplar que ressalta o exercício de uma magistratura nas cunhagens são os tipos monetários batidos por Publio Furio Crassipes [*Publius Furius Crassipes*] em 84 a.C. No anverso deste numerário, foi representado o busto de Cibele, a *magna mater*⁹, utilizando uma coroa turriforme, e tendo atrás a inscrição que indica a magistratura ocupada por Crassipes: a de Edil Curul, “AED.CUR”. Ainda no anverso há um pequeno símbolo de um pé o qual remetia ao *cognomen* da *gens*, “*Crassipes*”, cujo significado é algo como “pés grossos”. No reverso, foi retratada a “cadeira curul” [*sella curulis*] que

⁸ F. Hinard (1985, p. 126) indica que L. Critonius teria estado nas listas de proscricões conduzidas no ano de 82 a.C.

⁹ Durante a Segunda Guerra Púnica, os romanos trouxeram para a cidade o culto de *Magna Mater*, antes Cibele, ou “a Grande Mãe do Monte Ida”, divindade oriunda da Ásia Menor. A chegada da deusa foi uma recomendação dos Livros Sibílicos e do Oráculo de Delfos, com a intenção de favorecer os romanos na luta contra Cartago. O templo de *Magna Mater* foi dedicado no Palatino em 191 a.C. (Barbosa, 2017, p. 164).

indicava a posição do magistrado possuidor de *imperium*. No exergo, a inscrição “CRASSIPES”, a qual identificava a autoridade emissora (Figura 3)



Figura 3. RRC 356/1

O aparecimento de *Magna Mater* no anverso possivelmente está conectado às festividades públicas em homenagem a essa divindade, os *ludi Megalenses*. Recaía sobre os Edis a função de organizar e promover os jogos e festividades públicos. Assim sendo, pode-se perceber pela leitura da moeda que há um intuito de comunicar a atuação do magistrado por meio da realização das homenagens à divindade (Barbosa, 2017, p. 167). Alguns elementos para além da difusão e da monumentalização da participação de Crassipes na organização das festividades precisam ser notados.

A representação da *sella curulis* é um elemento de distinção sociopolítica. Ocupar uma magistratura que era caracterizada pelo exercício do *imperium*¹⁰ garantia uma posição política baseada no *status*. Desta forma, alcançar uma magistratura com *imperium* promovia uma ascensão sociopolítica. Segundo Harriet Flower (2009, pp. 155-156), os sujeitos de uma *gens* só eram homenageados com uma máscara de cera (*imago*) se tivessem ocupado uma magistratura de destaque, normalmente vinculada à execução do *imperium*. Simplesmente alcançar um cargo público, ou admissão ao Senado, não qualificava os sujeitos enquanto *nobilis*. Esse reconhecimento era perpetuado na memória coletiva romana através das representações que a *gens* realizava nos rituais. Novamente,

¹⁰ O *imperium* garantia a autoridade de certas magistraturas de emitir ordens que tinham que ser obedecidas e, também estava vinculada com o comando militar. Magistrados instituídos através do *imperium* poderiam comandar as legiões romanas em distintas situações (Beard, 2017, p. 199).

era necessário que as conquistas dos indivíduos fosse publicizada. Karl-Joachim Hölkeskamp (2010, pp. 64-65) nos ajuda a entender melhor essa relação:

A estrita ordem hierárquica de comando e obediência, de autoridade e reverência, de superioridade e aceitação também pode ser traçada na aura religiosa inspiradora que cercava símbolos de poder, como o traje oficial, a *sella curulis*, os *lictors* e *fasces*, que magistrados superiores e comandantes assumiam em público, na cidade ou no campo. Essa ordem era igualmente transmitida pelo comportamento senhorial, e frequentemente dominador, que os detentores do *imperium* exibiam regularmente em público – frequentemente como uma demonstração de poder irrestrito, e não apenas quando estavam cumprindo seus deveres oficiais. Afinal, a base de monumentos, edifícios impressionantes e estátuas honoríficas também eram "manifestações" ou "visualizações" de superioridade com base no mérito e conquistas em posições de poder. Os monumentos indiretamente, mas inequivocamente, serviram para afirmar aquelas mesmas hierarquias que a reivindicação coletiva da classe dominante à autoridade, *dignitas* e posição "nobre" exigia e precisava ser permanentemente renovada ao mesmo tempo.

A *sella curulis* era exatamente o elemento simbólico que distinguia os Edis da plebe dos Edis curul que possuíam *imperium*; portanto, a representação da cadeira curul de Crassipes em suas cunhagens era uma forma de apontar sua distinção. A ocupação da magistratura por parte de Crassipes e sua própria existência não são atestadas por nenhuma outra fonte que não seja as moedas (Barbosa, 2017, p. 166). Por fim, a vinculação com a imagem de Cibele e a magistratura ocupada por Crassipes demonstra que os elementos religiosos, as divindades e suas “qualidades” eram apropriadas de maneiras distintas, permitindo assim a concessão de sentidos para monumentos e discursos iconográficos.

Como nos diz Anne Clark (2007, p. 143), as “qualidades divinas”, as divindades, rituais e homenagens podiam ser representadas por objetos e símbolos, permitindo assim uma ampla identificação das divindades e seus significados através de distintos elementos. Por exemplo, a divindade Júpiter podia ser identificada com o feixe de raios, conforme vimos em um tipo monetário anterior, e a “qualidade divina” *libertas* era vinculada com os *pilei*, os quais eram os “chapéus” utilizados pelos libertos. Desta forma, os elementos religiosos romanos eram preenchidos de uma gama de significações.

Todas as “qualidades divinas”, como *libertas*, *concordia*, *spes*, *victoria*, *moneta*, *pietas*, receberam até meados do século I a.C. templos e cultos públicos (Clark, 2007, p. 11). Essas “qualidades” divinas eram acessadas em monumentos, templos, edifícios, discursos e moedas. A interpretação e a ressignificação das características das divindades eram influenciadas pelo contexto romano. Por exemplo, após os assassinatos de Caio Graco [*Gaius Gracchus*] e de cerca de três mil de seus apoiadores – ato conduzido pelo Cônsul em atividade Lúcio Opímio [*Lucius Opimius*] – um templo para *Concordia* foi construído ou reformado, tendo sido posicionado deliberadamente no local onde o massacre ocorreu (Clark, 2007, p. 122). Mary Beard (2017, p. 234), nos fala sobre a “pichação” realizada no templo de *concordia* construído por Opímio: “Um ato de insensata Discórdia produz um templo da Concórdia”. Essa intervenção no templo de *concordia* nos ajuda a refletir que as “qualidades divinas”, seus significados, sentidos e identificações não eram homogêneos.

Os elementos religiosos, os símbolos, as formas de identificação podiam ser apropriados e utilizados para desenvolver discursos nos quais os cidadãos podiam reconhecer-se. Marco Simón e Francisco Pina Polo (2000, pp. 267-269) sugerem que a apropriação desses “conceitos” permitia que os grupos políticos em conflito na República romana legitimassem suas ações políticas. Isso fica evidente no templo de *concordia* construído por Opímio: o templo não era um sinal da reconciliação do povo romano; ao contrário, simbolizava a punição daqueles que a maior parte da aristocracia senatorial considerava como sediciosos. Essa perspectiva só ganha mais força ao lembrarmos que toda homenagem, templo e monumento deveriam ser ratificados pelo Senado romano.

Uma apropriação semelhante ocorreu com a “qualidade divina” *libertas*. Marcos Júnio Bruto [*Marcus Junius Brutus*] e Lúcio Pletório Cestiano [*Lucius Plaetorius Cestianus*] foram responsáveis por bater um tipo monetário por volta dos anos 43-42 a.C. Esta moeda apresentava, no anverso, o busto do próprio Bruto utilizando barba; nas bordas inscrições indicavam a autoridade emissora “L.PLAET.CEST” e “BRUT” e também uma outra legenda, “IMP”, a qual apontava para uma possível aclamação das legiões ao seu comandante, nomeando-o como *imperator*. No reverso, um *pileus* centralizado e nas laterais duas adagas, com uma inscrição abaixo “EID.MAR” a qual significa “Idos de Março” (Figura 4). A moeda claramente fazia alusão ao assassinato de César e indicava, através do repertório imagético, que os responsáveis por tal ato identificavam-se como libertadores.



Figura 4. RRC 508/3

Este tipo monetário é bem distinto dos outros analisados anteriormente. Determinadas características demonstram como as cunhagens, no decorrer do século I a.C., continuaram sendo apropriadas e utilizadas na construção de discursos pautados no patrimônio memorialístico das *gentes* e inseridos em uma dinâmica de competição aristocrática cada vez mais acirrada. O busto de Marco Bruto no anverso, substituindo o espaço que anteriormente era reservado a representações de divindades, faz parte de uma mudança iniciada com César, o qual apropriou-se do espaço no anverso para retratar seu busto indicando uma valorização do poder pessoal (Noreña, 2011, p. 256).

A intenção das autoridades emissoras deste tipo monetário era comemorar o assassinato de César, pois enxergavam o tiranicídio como uma forma de libertação da República romana (Crawford, 1974, p. 741). A representação do busto de Bruto remetia ao passado lendário da cidade e da *gens* Junia, uma vez que um dos responsáveis pela expulsão dos últimos monarcas de Roma era ancestral de Marco Junio Bruto. Portanto, as moedas, como qualquer outro monumento, poderiam ser utilizadas como uma forma de comemorar um evento. Entretanto, a memória social é um campo de disputa e, nesse caso em específico, as ações dos assassinos de César foram repudiadas e combatidas por seus herdeiros. Eles também iriam elaborar os próprios tipos monetários como uma forma de projetar seus discursos e, por meio da rememoração da imagem de César, consolidar sua posição política.

Cenas de rituais também eram representadas nas cunhagens. Tais eventos eram parte da memória social romana e seus significados eram compartilhados por intermédio da “cultura romana”; logo, a identificação destas cenas não deveria ser um desafio para

os romanos que entravam em contato com os tipos monetários. Por exemplo, Aulo Postúmio Albino [*Aulus Postumius Albinus*] ocupou a magistratura de *tres uiri monetales* em 81 a.C. e bateu moedas relacionadas diretamente a rituais religiosos romanos. No anverso de um dos tipos monetários foi retratado o busto da divindade Diana portando um arco e aljava, os quais eram seus símbolos, tendo acima um bucrânio¹¹. No reverso foi representada uma cena de sacrifício localizado em cima de uma pedra com um pequeno altar, um touro à esquerda e à direita uma figura masculina togada segurando um aspersório [*aspergillum*]. Ao redor, inscrições identificando a autoridade emissora “A·POST·A·F·S·N·ALBIN”, Aulo Postúmio Albino, Filho de Aulo, Neto de Espúrio (Figura 5).



Figura 5. RRC 372/1

Este tipo monetário faz alusão a um acontecimento que marcou a história romana. Sendo assim, possivelmente o grau de inteligibilidade necessário para compreender esse objeto não era alto. Sêrvio Túlio concretizou a dominância romana sobre os vizinhos itálicos ao estabelecer o templo “federal” da divindade Diana no Aventino. O templo era destinado a todos os aliados de Roma e da liga latina (Beard; North & Price, 1998, p. 3).

Michael Crawford (1974, p. 389) confirma que esta moeda faz menção ao estabelecimento do templo de Diana, o que conseqüentemente fez com que Roma se tornasse *caput rerum*¹². Além da alusão à construção do templo de Diana, o tipo

¹¹ Crânio de boi descarnado utilizado como decoração de um ambiente.

¹² A tradução literal de *caput* é cabeça, ou a parte mais extrema do corpo, mas nesse sentido pode indicar liderança ou capital de algo (Old, 2012, pp. 300-301); *rerum* é genitivo-plural da palavra “*res*”, o que faz

monetário também remete a uma história relatada por Tito Lívio: na casa de uma família sabina havia nascido uma bezerra de tamanho e beleza extraordinária. Isso foi encarado como um prodígio e os adivinhos indicaram que o animal deveria ser imolado no templo de Diana, pois, assim, a supremacia do povo latino poderia ser retomada. Essa predição chegou ao conhecimento do sacerdote do templo de Diana, e quando o sabino trouxe a bezerra a Roma levou-a até o templo e a apresentou diante do altar. O sacerdote então indicou ao sabino que ele fosse purificar-se em águas correntes antes da realização do sacrifício. Enquanto o sabino estava distante o sacerdote imolou a bezerra em homenagem a Diana, fato que causou imensa alegria ao rei e ao povo. Por muitos séculos os chifres ficaram expostos na entrada do templo de Diana para recordar o ocorrido (Liv. 45.4).

O bucrânio retratado na moeda fazia menção aos chifres dos sacrifícios que eram destinados ao templo de Diana (Crawford, 1974, p. 389). O mais importante desse tipo monetário é que ele apresenta uma cena de sacrifício, a qual poderia ser facilmente identificada pelo povo romano. A moeda, então, constrói um discurso pautado na memória social romana: ao remeter a um momento “lendário” da história romana, o monetário buscava estabelecer uma conexão do presente com essa memória.



Figura 6. RRC 372/2

Além deste tipo monetário, Albino também foi responsável por outra cunhagem. No anverso desta, pela primeira vez, foi representado em moedas romanas o busto de Hispânia, tendo ao redor a inscrição que indicava a figura retratada: “HISPAN”. No reverso aparece uma figura togada com a mão direita levantada, tendo à direita um *fascēs*

com que seu significado seja “das coisas, das coisas públicas” (Old, 2012, p. 1792). Desta forma, Roma seria a capital das coisas públicas, o local onde as decisões da liga latina seriam tomadas.

com machado, à esquerda uma águia legionária, e ao redor dessa cena, inscrições que indicavam a autoridade emissora “A·POST·A·F·S·N·ALBIN”, Aulo Postúmio Albino, filho de Aulo, neto de Espúrio (Figura 6).

A primeira aparição de Hispânia em moedas está vinculada a um ritual bem comum entre os romanos. Michael Crawford (1974, p. 389) nos indica que não há dúvidas de que este tipo monetário faz referência ao ritual do *imperium*, o *fasces* e a águia legionária em conjunto com a figura togada apontando para o recebimento do *imperium*. Em conjunto com o anverso, esse tipo monetário estava se referindo ao comando na “província” da Hispânia, em 180 a.C., por Lúcio Postúmio Albino enquanto exercia a magistratura de Pretor. Aulo Albino remetia a uma memória de sucesso de sua *gens*, seu ancestral Lúcio Albino tendo sido o último da *gens* Postúmia a celebrar um triunfo. Desse modo, a vitória de Lúcio Albino sobre os Váceos e os Lusitanos garantiu a este a celebração do triunfo em 178 a.C. A rememoração do sucesso mais expressivo e recente da *gens* era uma maneira de abordar o patrimônio memorialístico das *gentes* visando a construção de um *cursus honorum* proeminente.

O último tipo monetário que analisaremos neste artigo foi cunhado possivelmente no ano de 84-83 a.C., de maneira itinerante com Lúcio Cornélio Sula. Ao fim de sua campanha na Guerra Mitridática (88-85 a.C.), Sula se preparava para voltar à Itália e enfrentar seus inimigos em Roma, os quais haviam nomeado este como *hostis publicus* e saqueado suas propriedades (Keaveney, 2005, p. 102). Federico Santangelo (2007, p. 204) aponta que os numerários cunhados por Sula serviram para custear as expensas com a campanha militar e seu retorno. Além disso, aponta que, devido à característica itinerante das cunhagens, elas tiveram uma ampla circulação no sul da Itália.

No anverso deste tipo monetário foi retratado o busto da divindade Vênus utilizando um diadema. Acompanhando o busto da deusa observa-se uma figura alada, normalmente identificada como cúpidos portando um ramo de palmeira, tendo abaixo a inscrição que identifica a autoridade emissora “L.SULA”. No reverso foram representados dois troféus nas laterais e, no centro, dois objetos utilizados em cerimônias, o *lituus* e um jarro. Nele encontram-se também inscrições em cima e em baixo, “IMPER ITERUM”, a quais significavam “*Imperator* por duas vezes” (Figura 7)



Figura 7. RRC 359/2

A representação da divindade Vênus no anverso estava relacionada principalmente ao fato de Lúcio Cornélio Sula ter “adotado” a deusa como sua protetora (Crawford, 1974, p. 373). Arthur Keaveney (2005, p. 71) indica que essa relação teria se iniciado durante a campanha contra Mitrídates, na qual Vênus haveria parecido em um sonho de Sula vestindo equipamento militar e conduzindo seu exército para a vitória. Essa ligação de Sula com a divindade também foi útil no desenvolvimento de relações com o mundo grego, o qual precisava se reconquistado após a revolta contra Roma. Isso fica evidente no epíteto assumido por Sula, Epaphroditos, que significa “o favorito de Afrodite”, a qual era a contraparte grega da divindade Vênus (Santangelo, 2007, pp. 206-207).

Ainda sobre a relação que Lúcio Cornélio Sula estabeleceu com a imagem da divindade Vênus, Federico Santangelo (2007, p. 214) indica que essa relação compunha um discurso “global” de Sula, o qual foi estendido da Península Itálica até o leste da Grécia. Além desse fator, o discurso desenvolvido por Sula se aportou no reconhecimento de Vênus como matrona do povo romano para, assim, apresentar-se através de suas políticas, reformas e ações como um refundador de Roma após décadas de conflito militar.

Os dois troféus fazem referência aos que foram erigidos na Queronéia após sua vitória sobre as tropas de Mitrídates, um para homenagear os aliados da Queronéia que haviam auxiliado na batalha o outro destinado a honrar a tríade divina: Vênus, Marte e Vitória (Keaveney, 2005, p. 83). O *lituus* e o jarro eram referência ao ritual de concessão de *imperium*. Ao ser declarado como *hostis publicus*, o proconsulado de Sula e seu direito de comando foram imediatamente questionados. Para Michael Crawford (1974, p. 374),

Lúcio Cornélio Sula, ao representar esses objetos em suas cunhagens, buscava reivindicar seu *imperium* o qual havia sido questionado por seus inimigos. Dessa maneira, Sula rememorava que havia recebido o *imperium* de acordo com as leis romanas.

O tipo monetário batido por Lúcio Cornélio Sula carregou uma novidade nas inscrições: pela primeira vez, a legenda “IMPER”, fazendo referência à aclamação de um comandante como *imperator*, aparecia nas moedas romanas (Martin, 1989, p. 25). Sendo assim, Sula buscou ressaltar sua excelência como comandante militar ao elaborar o repertório imagético-discursivo. A aclamação de *imperator* era realizada pelas próprias legiões romanas enaltecendo a liderança militar de seu comandante. Além dessa novidade, a outra legenda “ITERUM”, que significa “novamente” ou “por duas vezes”, indicava um elemento extraordinário: um comandante só poderia receber uma aclamação de *imperator*. Sula apontava, por meio de sua moeda, que não era uma novidade seus soldados o aclamarem como *imperator*, pois já era a segunda vez que acontecia. A segunda aclamação teria ocorrido na campanha contra Mitrídates, enquanto a primeira teria ocorrido quando era Propretor na Cilícia em 96 a.C. (Martin, 1989, pp. 26-28).

Desta maneira, Lúcio Cornélio Sula, por intermédio de suas cunhagens, estava respondendo diretamente a questões do seu presente, qual seja, conjuntamente a vitória em Queronéia e o fim da Guerra Mitridática. A dupla aclamação como *imperator* e a reivindicação pelo *imperium* eram monumentalizados através do discurso imagético batido nos tipos monetários. Outro aspecto a ser destacado é que Sula não possuía um “patrimônio memorialístico” ao qual pudesse recorrer. Apesar de ser parte da *gens* Cornélia, o ramo de sua família não ocupava uma magistratura de destaque, como o consulado, por múltiplas gerações (Keaveney, 2005, p. 6). Sendo assim, o caráter de monumento das moedas possibilitou a Sula a oportunidade de reconstruir o “patrimônio memorialístico” de sua família através destes acontecimentos.

Matthew Roller ressalta a importância dos monumentos, ainda mais em uma sociedade como a romana, em que o passado sempre estava presente na paisagem da cidade:

Um monumento é qualquer sinal capaz de convocar a ação para se lembrar ou criar consciência dela. Os textos são uma forma monumental especialmente importante, graças à densidade de informações que acomodam, sua capacidade especial de transmitir narrativas e sua capacidade de circular amplamente mesmo na antiguidade (e, é claro, os textos sobreviventes são o principal veículo através

do qual nós modernos conhecemos a sociedade romana). Mas muitos outros meios de comunicação também desempenham funções monumentais e podem chegar a um público muito mais amplo em momentos e lugares específicos do que os textos: discursos ou narrativas em forma oral, estátuas ou denominações honoríficas, coleções de espólios, inscrições ou pinturas comemorativas, estruturas construídas como templos ou túmulos ou estradas com nomes ou outras associações comemorativas, topônimos ou narrativas associadas a elementos topográficos, feridas ou cicatrizes ou outras marcas corporais, rituais ou outras práticas corporais incorporadas, performances dramáticas e assim por diante. Os monumentos incluem coisas feitas especificamente para fins comemorativos específicos e coisas pré-existentes às quais os significados comemorativos passam a ser anexados (Roller, 2018, pp. 6-7).

Por fim, quero ressaltar que os tipos monetários, por serem *pequenos espaços portáteis* e também por serem pequenos monumentos, eram parte de uma rede de comunicação que se pautava na memória. A própria cidade de Roma se configurava em uma paisagem monumental, que evocava o passado no presente, amarrando as temporalidades e fazendo com que um dos pilares da identidade romana fosse sua relação com a memória de seu passado (Hölkeskamp, 2016, p. 202). Outro pilar da identidade romana eram os elementos religiosos e o que se entendia por “qualidades divinas”, pois através desses componentes eram estabelecidas formas de identificação; o que delimitava, por muitas vezes, os sujeitos e as formas de relação que construía. Isso pode ser visto, por exemplo, no fato de a tríade Ceres, Liber e Libera ser vinculada aos plebeus, fosse em templos ou monumentos, como as moedas.

Assim, o caráter monumental das moedas e sua ampla circulação na sociedade romana e itálica permitiam a formação de redes de comunicação através da memória. As *gentes*, ao se utilizarem do pequeno espaço das moedas para reproduzir seu patrimônio memorialístico, buscavam a consolidação e autopromoção da *gens* em um cenário de competição por honrarias e cargos públicos. Portanto, a utilização de elementos religiosos nos repertórios numismáticos ampliava e possibilitava formas de identificação.

Recebido: 28/08/2020

Aprovado: 29/10/2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

- Broughton, T. R. S. (1951). *The Magistrates of the Roman Republic*. Vol.1 (509 BC-100 BC.). New York: American Philological Association, 1951-52, v.2.
- Broughton, T. R. S. (1952). *The Magistrates of the Roman Republic*. Vol. 2 (99 BC-31 BC). New York: American Philological Association.
- Crawford, M. H. (1974). *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- Glare, P. G. W (Ed.) (2012). *Oxford Latin dictionary* (Oxford, 2^a ed., p. 1325). Oxford University Press.
- Hinard, F. (1985). *Les Proscriptions de la Rome Républicaine*. Paris; Rome: École française de Rome.
- Lívio, Tito. (1989). *História de Roma. Ab Urbe Condita Libri*. 6 Vols. (Introd., Trad. e Notas, Paulo Matos Peixoto). São Paulo: Paumape.

Obras

- Barbosa, G. O. A. (2017). *Quando o divino celebra o humano: religião, política e poder nas moedas republicanas romanas (139 – 83 AEC)*. Volume I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Programa de Pós-graduação em história.
- Beard, M.; North, J. & Price, S. (1998). *Religions of Rome*. 2 Vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beard, M. (2017). *SPQR: uma história da Roma antiga*. Editora Planeta do Brasil.
- Brunt, P. A. (1988). *The fall of the Roman Republic and related essays*. Oxford University Press.
- Burnett, A. (2012). Early Roman Coinage and Its Italian Context. *The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage*.
- Clark, A. J. (2007). *Divine qualities*. New York: Oxford University Press Inc.,
- Culham, P. (1989). Archives and Alternatives in Republican Rome. *Classical Philology*, Vol.84, nº2 (Apr.,1989), 100-115.

- Dias, M. Q. (2019). *Imperador ou tirano: comunicação e formas sociopolíticas sob(re) o Principado de Domiciano (81-96)*. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
- Flower, H. (2009). *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- Hölkeskamp, K. (2010). *Reconstructing the Roman Republic* (Trd., Henry Heitmann-Gordon). Princeton University Press: Princeton.
- Hölkeskamp, K. (2016). In the Web of (Hi-)Stories: Memoria, Monuments, and Their Myth-Historical 'Interconnectedness'. In Karl Galinsky (Ed.), *Memory in Ancient Rome and Early Christianity* (pp. 169-214). Oxford University Press.
- Houston, J. (2017). *Roman Coinage and the Triumviri Monetales from 139 BC to the Fall of the Republic*. The University of Auckland.
- Joly, M. (1996). *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus.
- Keaveney, A. (2005). *Sulla: the last republican*. 2ª ed. New York: Routledge.
- Levick, B. (1982). Propaganda and the Imperial Coinage. *Antichthon*.
- Martin, T. R. (1989). Sulla *imperator iterum*, the Samnites, and Roman Republican coin propaganda. *Schweizerische Numismatische Rundschau*, 68, 19-45.
- Meadows, A. & Williams, J. (2001). Moneta and the Monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, 27-49.
- Morstein-Marx, R. (2004). *Mass oratory and political power in the late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Noreña, C. F. (2011). Coins and Communication. In Carlos F. Noreña & Michael Peachin (Orgs.), *The Oxford Handbook of Social Relations in the Roman World* (pp. 248-268). New York.
- Pereira, M. H. R. (2002). *Estudos de História da cultura clássica*. Volume II: Cultura Romana. (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pink, K. (1952). The *Triumviri Monetales* and the Structure of the Coinage of the Roman Republic. *The American Numismatic Society*. Numismatic Studies N°7: New York.
- Porto, V. C. (2007). *Imagens monetárias Judeia/Palestina sob dominação romana*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo/ Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo.
- Roller, M. (2018). *Models from the Past in Roman Culture: A World of Exempla*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rutter, N. (2012). The coinage of Italy. In: *The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage*. Oxford University Press.

Mare Nostrum, ano 2020, v. 11, n. 2.

Santangelo, F. (2007). *Sulla, the Elites and the Empire: a study of Roman Policies in Italy and the Greek East*. Impact of Empire, v.8, Brill: Leinden, Boston.

Zanker, P. (1998). *The Power of Images in The Age of Augustus*. S\l: The University of Michigan Press.

**COMMUNICATION THROUGH COINAGE:
THE MONUMENTALIZATION OF RELIGIOSITY**

ABSTRACT

The present work has as main objective to approach how religious elements were presented in coinage. For this, we will use a small selection, composed of eight monetary types dating from the 1st century BC, minted in the Roman Republic. Religion in Antiquity was not dissociated from other strata of experience and expectations, it was mixed in the field of experience of the subjects. In this way, religious elements (images, rituals, songs, etc.) are constitutive aspects of identities. The link of the Ceres deity with plebeian groups was also evident in the monetary types, therefore, this relationship was communicated at the same time that it was monumentalized.

KEYWORDS

Mintings; monumentalization; roman republic; religion.